

INDISCIPLINA NO ENSINO FUNDAMENTAL

INDISCIPLINE IN ELEMENTARY EDUCATION

Elvânia Paula dos Santos Almeida ⁴⁷

Iara Maria Felipe Martins ⁴⁸

Sandra Freitas Dutra Queiroz ⁴⁹

RESUMO: A indisciplina nas séries iniciais tem sido um problema não apenas para professores, diretores, orientadores pedagógicos, mas também para pais e, conseqüentemente, para os próprios alunos/ vítimas da tirania dessa vilã que ameaça o futuro da educação infantil no Brasil. No afã de preencher essa lacuna vários pesquisadores têm-se debruçado sobre as teorias e pesquisas científicas para extrair dessas experiências algo próximo a um modelo senão ideal, pelo menos aceitável do ponto de vista do comportamento infantil. Na verdade, o papel da educação infantil não é encontrar na criança a personalidade pronta e acabada de um adulto, mas imprimir nesse cidadão mirim a célula da formação de caráter moral e afetivo. Procurando estabelecer uma ponte de coerência de valores entre a família e a escola entende-se que a família é que tem o papel de criar mecanismos, manter os organismos de ações morais e gerir essas virtudes. A escola só faz realçar esses valores.

Palavras Chave: Indisciplina. Comportamento. Educação Infantil. Escola. Família.

ABSTRACT: Indiscipline in the initial grades has been a problem not only for teachers, principals, pedagogical advisors, but also for parents and, consequently, for the students themselves/victims of the tyranny of this villain that threatens the future of early childhood education in Brazil. In an effort to fill this gap, several researchers have looked into theories and scientific research to extract from these experiences something close to a model, if not ideal, at least acceptable from the point of view of child behavior. In fact, the role of early childhood education is not to find in the child the ready-made and finished personality of an adult, but to imprint in this child citizen the cell for the formation of a moral and affective character. Seeking to establish a bridge of coherence of values between the family and the school, it is understood that the family has the role of creating mechanisms, maintaining organisms of moral actions and managing these virtues. The school only highlights these values.

Keywords: Indiscipline. Behavior. Child Education. School. Family.

INTRODUÇÃO

A indisciplina nas séries iniciais tem sido um problema não apenas para professores, diretores, orientadores pedagógicos, mas também para pais e, conseqüentemente, para os

⁴⁷ Concluinte do Curso de Pedagogia da UEG, UnU de Quirinópolis, 2009. (elvania.paula@hotmail.com).

⁴⁸ Concluinte do Curso de Pedagogia da UEG, UnU de Quirinópolis, 2009. (iarakafelipe@yahoo.com.br).

⁴⁹ Concluinte do Curso de Pedagogia da UEG, UnU de Quirinópolis, 2009. (sandra.freitas@hotmail.com).



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

próprios alunos/ vítimas da tirania dessa vilã que ameaça o futuro do Ensino Fundamental no Brasil. No afã de preencher essa lacuna vários pesquisadores têm-se debruçado sobre as teorias e pesquisas científicas para extrair dessas experiências algo próximo a um modelo senão ideal, pelo menos aceitável do ponto de vista do comportamento infantil. Na verdade, o papel do Ensino Fundamental não é encontrar na criança a personalidade pronta e acabada de um adulto, mas imprimir nesse cidadão mirim a célula da formação de caráter moral e afetivo. Procurando estabelecer uma ponte de coerência de valores entre a família e a escola entende-se que a família é que tem o papel de criar mecanismos, manter os organismos de ações morais e gerir essas virtudes. A escola só faz realçar esses valores.

1 ASPECTOS GERAIS DA INDISCIPLINA

O conhecimento resolutivo aos problemas relacionados às questões de indisciplina escolar está longe de ser descoberto; desde os primórdios da colonização, já existiam índios e escravos que se rebelavam contra as regras de conduta imposta pelos seus senhores.

No entanto, como acontece em alguns dos grandes eventos da humanidade, há uma necessidade premente de situar esse fenômeno no contexto temporal no sentido de fundamentar a formação pedagógica dos professores e, conseqüentemente, confrontá-la. Essa prioridade constitui a necessidade de considerá-la sob a perspectiva própria dos anos 90, período em que o Brasil saía de um regime político repressivo para viver a liberdade de expressão em todos os sentidos, inclusive no modo de pensar e praticar a educação.

Vale ressaltar, porém, que a contextualização temporal desse fenômeno social não seria tão importante quanto o diagnóstico das possíveis causas para sua melhor compreensão. É de Joe Garcia (1999) a teoria que sustenta esse ponto de vista: “Não basta pensar a indisciplina como se constituísse um fenômeno atemporal; devemos responder adequadamente à pergunta: o que é indisciplina hoje? E isso inclui compreender melhor suas causas”.

Almejar que uma criança seja um adulto na medida exata de um ser social não é ufanía, se entendermos que existe um plano de regras e valores que acreditamos seja a base da vida social desses cidadãos mirins. A reflexão teórica a esse respeito delimita essa problemática para a educação das séries iniciais, cujo objeto de pesquisa levou-nos a debruçar sobre as teorias pedagógicas no sentido de extrair das experiências científicas algo se não sólido, pelo menos palpável do ponto de vista da indisciplina escolar infantil.

Na verdade, o que se busca na criança não é a personalidade pronta e acabada de um adulto, mas o protótipo de um adulto em plena formação de caráter moral e afetivo. Há quem



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

diz que a escola não é um ambiente apropriado para impor valores de cunho moral, mas entende-se que a família é que tem o papel de criar mecanismos, manter os organismos de ações morais e gerir essas virtudes para que no futuro esse adulto não seja obrigado a ouvir o seguinte comentário, um tanto quanto provocativo: “você nunca teve infância”?

Num leve devaneio pelas trilhas da língua portuguesa, acreditando que as disciplinas se interagem formando um todo coerente, o termo “nunca teve infância” nos remete ao conhecimento de no mínimo, duas proposições se analisarmos pela ótica da semântica, cujo domínio situa-se dentro das ciências humanas como marco das relações de sentido entre o ouvinte e o mundo que o cerca. Nesta perspectiva, a semântica nada mais é do que a ciência da significação.

Assim, no primeiro momento da análise entende-se que o indivíduo que não teve infância sugere uma pessoa que já nasceu adulta, fenômeno que só acontece em filmes de ficção científica. Em outro momento, aliás, o mais aceitável pelas convenções sociais, a proposição nos leva a crer num adulto com atitudes próprias de criança e que só agora veio a se revelar. Se o indivíduo nunca brincou, nunca espezinhou e nunca apanhou por cometer certas travessuras, é porque esse indivíduo nunca foi criança um dia ou jamais teve uma atitude típica de criança.

Essas peripécias concernentes à idade pueril são caracterizadas, muitas vezes, por indisciplina no seio familiar. Se essas tais não forem contidas e trabalhadas na medida e na hora certas, elas tendem a se transformar em indisciplinas que vão tomando forma na personalidade das crianças, onerando e comprometendo sua educação já desde as primeiras séries. Desse modo, há de se concentrar a atenção no Ensino Fundamental como meio de suscitar uma reflexão sobre a (in) disciplina em sala de aula e os problemas oriundos desse palco de operações. Conforme dito anteriormente, a indisciplina em sala de aula é um tema que vem sendo discutido por vários pesquisadores ao longo das últimas décadas.

Considerando que “onde não há lei também não há transgressão” (Bíblia⁵⁰) e considerando ainda que essas “leis” se traduzem em regras que podem ser entendidas por disciplinas, a pesquisa fará uma abordagem conceitual do que vem a ser disciplina, para depois estabelecer o conceito de indisciplina, objeto de reflexão. No entanto, o trabalho não propõe o estabelecimento de fórmulas milagrosas, com resultados conclusivos sobre o assunto em questão, até porque esse é um tema que tem muito que explorar.

Vale destacar que não existe um modelo padrão capaz de moldar o comportamento das crianças para que as regras convencionais possam valer como método disciplinar. Acredita-se

⁵⁰ Aos Romanos, cap. 4, v. 15



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

que essas regras são o canal por meio do qual os alunos das séries iniciais estão invadindo e tornando a escola um verdadeiro caos e, de quebra, levando muitos educadores e pais a tomarem atitudes não muito ortodoxas no sentido de estabelecer o diálogo da paz, do bom senso e da aprendizagem em sala de aula e também no seio familiar. Nessa ancoragem Yves de La Taille (1996, p. 20) teoriza:

Existe um vínculo entre disciplina em sala de aula e moral. Primeiramente, porque tanto disciplina como moral colocam o problema da relação do indivíduo com um conjunto de normas. E segundo, porque vários atos de indisciplina traduzem-se pelo desrespeito, seja do colega, seja do professor, seja ainda da própria instituição escolar.

O que se sabe de antemão é que a indisciplina é um dos problemas mais complexos vividos pela escola ao longo das últimas décadas, responsáveis pelo desrespeito, pela intolerância e pelo não cumprimento de regras capazes de orientar a convivência de um grupo. Há de se considerar que a indisciplina tem sido intensamente vivenciada nas escolas, apresentando-se como uma fonte de estresse e rompimento nas relações interpessoais, particularmente quando associada a situações de conflito em sala de aula. Mas, além de constituir um “problema”, a indisciplina tem algo a dizer sobre o ambiente escolar, familiar e sobre a própria necessidade de avanço pedagógico e institucional.

1.1 Disciplina: conceito e estrutura

Para estabelecer o conceito de indisciplina, é imperativo erguer o conceito de “disciplina”, que nada mais é que um conjunto de regras elaboradas por um determinado grupo de indivíduos ou por uma pessoa. Não obstante, houve-se por bem capturar o conceito sob a perspectiva de dicionário, no sentido de ampliar a discussão a respeito do tema em debate. O Moderno Dicionário Enciclopédico Brasileiro (1985) assim a define:

Disciplina é a imposição de autoridade, de métodos, de preceitos; conjunto de prescrições destinadas a manter a boa ordem em qualquer organização; doutrina, ensino, conjunto de conhecimentos que se professam em cada cadeira de um estabelecimento escolar.

Como se vê, o caráter conceitual de disciplina cria mecanismos, impõe condições e determina normas de conduta dentro de uma organização para serem seguidas pelos seus adeptos. Não é diferente numa escola, em que para manter o bom funcionamento e uma boa aprendizagem, necessário se faz estabelecer a ordem e a paz por meio de um conjunto de



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

É fundamental acreditar que o ato de disciplinar está intrinsecamente ligado ao processo de compreensão do outro em relação a si próprio. Não há como transmitir valores a outrem se o próprio indivíduo não for participante desses valores. Acreditamos que ninguém poderá transmitir algo se ele mesmo não for portador daquilo que ele defende como verdade. Paulo Freire (1996, p. 25) reforça essa teoria ao propor que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Entende-se que educar uma criança é dar limites para que ela se torne um cidadão disciplinado e íntegro. Para tanto, vale ressaltar que a escola pode ser decisiva em relação à aquisição desses valores.

Nota-se que as mudanças ocorridas ao longo do século XX, tanto no campo das relações humanas como no da esfera educacional configura uma complexidade no modo de conceber o conceito de disciplina pela escola. De acordo com Fourez (2008, p. 208): “a escola teria de ensinar os jovens a dominar, estruturar, modelar, formalizar problemas e projetos de maneira que existem e não como são pensados por uma disciplina científica”. Nesta acepção, o que havia de ser considerado como disciplina torna-se a sua negação.

1.2 Acepções da indisciplina

Conceituar indisciplina parece não ser uma tarefa muito fácil, mas mapeá-la é ainda mais difícil; se levar em consideração as várias formas de pensar o tema, as diferenças culturais e o modo como cada pessoa reage frente a determinadas situações na vida cotidiana. Devido às diferenças culturais, o que pode ser repudiado por uma pessoa como ato indisciplinar pode ser até louvado por outrem como ato de bravura.

No entanto, muitos pensadores e pesquisadores procuraram estabelecer um parâmetro conceitual não como modelo padrão, mas que servisse de suporte para aqueles interessados em discutir o tema como fenômeno social. Surgem então vários pensadores, educadores, sociólogos e filósofos interessados em debater a questão sob o prisma da sociedade, da família e da escola. Assim, há muita literatura circulando no meio acadêmico com a intenção de provocar as pessoas envolvidas para pensar o problema e, quem sabe, encontrar uma solução emergente. É nesse barco que navega os criadores da “Indisciplina na escola”, com suas alternativas e propostas dignas de seus domínios teóricos. Melhor que falar bem é falar daquilo que se tem total segurança e domínio.

Numa analogia não muito ortodoxa, a segurança com que se fala daquilo que se sabe compara-se a uma pessoa com problemas de fobia que, atravessando o espaço sideral sob forte tempestade se vê, de repente, pisando em terra firme. A sensação de segurança é



incomensurável. Sob esse aspecto, ninguém melhor para falar daquilo que realmente domina do que os “papas” que elaboraram a coletânea de artigos “*Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*”.

Sabe-se que este é um tema por demais polêmico, dada a sua complexidade. Não há uma fórmula mágica até porque os problemas nunca são os mesmos em cada caso de indisciplina. Mas, na verdade, o que é indisciplina? Numa definição simplista pode-se dizer que indisciplina é toda manifestação que não está de acordo com as regras convencionais impostas pela sociedade. De acordo com Áurea Guimarães (1996, p. 77):

A indisciplina aparece aqui sob todas as formas de conflito que incorporam uma capacidade de resistência dos pequenos grupos e expressam-se quer sob uma aparente submissão, quer por meio dos excessos de todos os tipos, predação, pichações, zombarias, riso, ironia, tagarelíce.

Após o estabelecimento de alguns conceitos de disciplina em seus vários aspectos, coube-nos tecer um contraponto entre as diversas idéias defendidas, no sentido de nortear a discussão do tema em relevo. Para o matemático e doutorando em Educação pela PUC-SP, Joe Garcia (1999) indisciplina “é a incongruência entre os critérios e expectativas assumidos pela escola em termos de comportamento, atitudes, socialização, relacionamentos e desenvolvimento cognitivo”. Na verdade, parece haver certa incoerência entre o que se prega e o que se pratica na escola, haja vista que os critérios de avaliação da indisciplina chocam com o próprio ato disciplinar. É possível fazer uma analogia dessa prática disciplinar com um educador que grita pedindo silêncio aos alunos.

A incoerência nesse ato não poderia ser maior. Neste sentido, Dante Donatelli (2004) teoriza que “a indisciplina é vista como uma violência simbólica e metaforizada, ou uma violência praticada na medida exata da corrupção da alma humana”. Ele considera a indisciplina escolar como as mesmas praticadas por funcionários públicos que mentem, a mesma do empresário que burla o fisco em benefício próprio, e até as pequenas delinquências e desatinos praticados no trânsito. Todos esses deslizamentos de ordem disciplinar são conseqüência de um Ensino Fundamental saturado, tanto por parte da escola como por parte da família.

Sabemos que a indisciplina escolar é um fenômeno social que afeta, principalmente os adolescentes entre as várias camadas sociais. No entanto, se esses adolescentes são afetados por essa “moléstia”, é porque as crianças estão contaminadas ou foram mal diagnosticadas. Assim, procuraremos levantar a questão sob o ponto de vista da escola e da família, por considerar dois pilares de extrema relevância para a formação de seres sociais. Acredita-se que a estrutura dessa



No romance “O apanhador de centeio”, de J. D. Salinger citado por Okky de Souza e Vanessa Vieira na coluna *Especial* de VEJA (09 jan.2008) o professor Spencer diz ao aluno rebelde Holden Caulfield: “A vida é um jogo, rapaz. E ele deve ser jogado de acordo com as regras”. Aliás, há quem diga que a própria vida é um jogo e, por sinal, muito perigoso. Assim, ninguém melhor para falar sobre isto do que Guimarães Rosa (1986, p. 10) em seu *Grande sertão: veredas*: “Viver é negócio muito perigoso”. Assim é a vida de muitas crianças: indisciplinada, conturbada, perigosa e cheia de incertezas.

Mas a indisciplina nem sempre é algo que se possa chamar de pernicioso ou provocativa. Muitas vezes sua prática é consequência de certos desmandos ou mesmo de autoritarismo por parte dos gestores, a qual os alunos interpretam como forma de protesto. Acossadas pela pressão dos desmandos, as crianças e adolescentes se vêem obrigadas a se rebelarem no sentido de autodefesa. E isto lhes é imputado como indisciplina. Segundo Donatelli (2004, p. 171) “O certo é que nos momentos nos quais os alunos se dispõem a questionar com argumentos algo que lhes parece descabido, a instituição recusa-se a ouvi-los, empurrando-os, na prática, à rebeldia declarada contra o inaceitável”. O autor supracitado também teoriza:

A idéia do que seja a indisciplina é algo que não concebemos como uma lista que traga do lado direito o que é permitido e do lado esquerdo o que não é tolerado; a idéia de indisciplina é um tanto mais complexa. Ela se aloja na precisa condição do bom senso e moral instaurados pela instituição (DANTE, 2004, p. 172).

Vale ressaltar que a indisciplina é a negação de um valor moral que muitas crianças não conseguem adquirir e muitos jovens e adolescentes a deixam escapar por força da falta de estrutura da família e da escola. Assim os jovens não se submetem e a consequência dessa ruptura pode ser catastrófica. A autora de *A indisciplina e o processo educativo* Tereza Cristina (1996, p. 85) sustenta que “o indisciplinado é o que se rebela, que não acata e não se submete, nem tampouco se acomoda, e, agindo assim, provoca ruptura e questionamentos”. No entanto, o fato de a criança ser questionadora desde as primeiras séries estudantis não significa que ela é indisciplinada.

Considere-se as condições de produção dessa suposta indisciplina, o século em que vivemos, a evolução dos meios de comunicação, em que quase todas, senão todas as crianças têm acesso à televisão e a internet. A influência da televisão na vida social é muito forte, motivo pelo qual é quase impossível ficar imune às transformações ideológicas ocorridas nas mentes

das crianças e dos adolescentes. Numa tentativa de metaforizar esse fenômeno social, nada melhor que a Filosofia Educacional para dizer que essas transformações de cunho ideológico podem ser consideradas como símbolo de violência, a mesma violência defendida pelo professor Donatelli (2004, p. 175) em que:

O simbólico é a exata medida da ação que não toca o outro como mas que se apresenta nas práticas sociais brasileiras por meio da cidadania, atingindo os sujeitos pela exclusão, omissão ou pior: a combinação de humilhação e desprezo.

Espera-se que a família e a escola saibam lidar com esse fenômeno para que não percamos as crianças para um mundo totalmente desprovido de sentimentos afetivos, capazes de transformar crianças dóceis em adolescentes anti-sociais, revoltados e indisciplinados. Veremos nos próximos capítulos essa questão com mais detalhes.

2 METODOLOGIA EMPREGADA NA PESQUISA

A tentativa de compreensão do complexo fenômeno interacional entre família e escola é representada por uma reflexão profunda, tendo em vista as mudanças nas condições de vida das crianças em nossa sociedade. O papel dos pais na concepção da personalidade da criança é de fundamental importância, uma vez que a família constitui uma hierarquia de valores morais, éticos e religiosos, responsáveis pela demarcação de limites na vida da criança em sociedade.

No sentido de contextualizar essa questão no âmbito familiar, entende-se por limite um marco imaginário entre o que não convém fazer e o que é aceitável aos olhos críticos da sociedade, haja vista que a própria sociedade é quem estabelece esses ditames. Há quem diga que é impossível imaginar o avanço da civilização humana sem o estabelecimento de regras de conduta. Segundo Szymanski (2007, p. 48):

Por volta do século XVIII a família começou a delimitar uma área maior de vida particular e os costumes contemporâneos foram fortemente influenciados por esse sentimento de família que se desenvolveu na Europa a partir do século XVI.

No entanto, a tarefa socializadora da família como instituição social tem lugar numa rede de trocas intersubjetivas de valores por meio dos quais os sentimentos afetivos, saberes, emoções e significados são veiculados na maneira da criança interpretar o mundo e suas

particularidades. A interiorização desse processo de socialização é dotada de conhecimentos que permitem a concepção do mundo como realidade e não como uma esfera de fantasia, típica dos contos de fadas.

Também é de Szymanski (2007) a teoria que responsabiliza a família pelo trabalho de socialização dos filhos. Segundo ela (2007, p. 20):

A família é uma das instituições responsáveis pelo processo de socialização realizado mediante práticas exercidas por aqueles que têm o papel de transmissores – os pais – e desenvolvidas junto aos que são os receptores – os filhos.

Vale ressaltar que a família sempre esteve envolvida na rede de inter-relações com outras instituições, especialmente a escola. No entanto, o conhecimento empírico, dotado pelo senso comum defende que a escola é a responsável primeira pela formação do cidadão mirim. É comum ouvirmos a seguinte colocação: “olha que menino mal-educado!”, ou então: “veja que menino sem modos!”; “Vai pra escola, moleque!”. No entanto, pode-se entender pela via do bom senso, que é no seio familiar que se desenvolvem os conceitos de família, de religião e de convivência social. Não é utópico enfatizar que é na família que se desenvolve o conceito de limites e valores.

2.1 Indisciplina na família: permissividade ou repressão?

Interessante o pensamento de Luiz Carlos de Menezes (2008) em que ele teoriza sobre desrespeito, desobediência ou agressividade, dizendo que, apesar de a indisciplina na escola ter vários significados, como esses citados acima, ela será sempre um fator de comportamento impróprio para o ser humano. Segundo ele, “esses desvios de conduta também aparecem em relações familiares, comerciais, esportivas e políticas”. Ele acredita ainda que seja necessário compreender como isto ocorre em outros contextos para que se possa renovar o olhar sobre o que acontece na escola e, assim, evitar diagnósticos preconceituosos e propostas descabidas.

Nota-se que o conceito de valores está sendo, a cada dia, deturpado em função de uma perniciosa permissividade. Os avanços do mundo tecnológico influenciam ao mesmo tempo em que sufocam a vida das crianças e dos jovens, pois estes querem somente o prazer e fazem os pais assumirem, muitas vezes, as responsabilidades e as conseqüências que lhes são próprias. Esse comportamento pode ser explicado em Içami Tiba (2005, p. 24), em que “jamais algum cientista do comportamento previu que os pais se achariam perdidos perante filhos que, além de não respeitá-los, abusam e fazem-nos de marionetes dos seus desejos”. Observa-se que no



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

mundo violento em que vive o ser humano é perigoso se achar nas praças a partir do anoitecer, não é sensato falar com pessoas desconhecidas, não é permitido à criança freqüentar salas de jogos. No entanto, no mundo virtual, todos esses cuidados são lançados por terra, cedendo lugar a uma pseudo-irresponsabilidade que, muitas vezes trazem conseqüências desastrosas. Quando se diz falsa irresponsabilidade, não se quer aqui alcunhar os pais de irresponsáveis, mas é uma tentativa de amenizar a culpa pelo caminho trilhado por seus filhos nesse violento, sedutor e traiçoeiro mundo tecnológico. Além do mais, muitas coisas acontecem sem que os pais possam interferir ou combater. Uns por causa da ignorância com a parafernália tecnológica (muitos não sabem nem mesmo ligar um computador, ou enviar uma mensagem no telefone celular). Outros por causa da permissividade; outros ainda por não conseguirem deter a rebeldia dos pequenos cidadãos. Preocupado com essa questão, Tiba (2005, p. 25) enfatiza:

A adolescência de hoje vive e assume os avanços tecnológicos ate dentro de casa. Basta constatar o quanto mudou o quarto do adolescente nos últimos 15 anos. O que era reclusão passou a ser conexão com o mundo, pois o adolescente freqüenta esquinas virtuais, jogando e conversando com amigos e estranhos do mundo inteiro. Os pais nem têm como identificar as más companhias.

REVISTA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO

Se, por um lado, a tecnologia trouxe vários benefícios para a humanidade, como a própria liberdade de ir e vir pelo mundo por meio do clique do computador e do celular —, por outro lado, tende a transformar os mesmos adolescentes e crianças enclausuradas dentro da própria casa, totalmente escravos de sua própria liberdade. No entanto, não estamos aqui condenando a tecnologia, até porque é inconcebível viver em pleno século XXI sem essas vantagens tecnológicas. O que estamos pleiteando é que muitos jovens e crianças ficam durante boa parte do dia e da noite em frente à televisão, ao computador e ao celular, freqüentando ambientes e praticando atos totalmente condenados pela via de um processo tradicional. Se para uma criança é ato proibido entrar em uma casa de jogos ou em uma casa de tolerância, por via tecnológica ele tem tudo isso ao alcance de um clique, sem, contudo, os pais, avessos à tecnologia tomarem conhecimento da perniciosidade dessa relação.

No entanto, se essa prática faz parte de um processo de relacionamento humano, a mesma ideia defendida por Tiba (2005) em que a pedra filosofal dos relacionamentos foi fundada no sentido de promover um verdadeiro equilíbrio na convivência familiar, essa convivência deve buscar o aprimoramento da amizade em família e preparar o cidadão para conviver com estranhos e desconhecidos ao longo de sua existência. Para ele, “o relacionamento

humano é perfeito, dinâmico, atualizado, equilibrado, compartilhando um bem-querer, com satisfação mútua e plena, interativo com o seu meio ambiente e benéfico para a sociedade”.

Em artigo publicado na revista Escola, o educador Luiz Carlos de Menezes salienta que:

[...] no convívio familiar, uma criança que faz algo impróprio ou perigoso pode ser advertida ou perder autonomia até se mostrar confiável. Porém, se essa criança for agredida em vez de orientada, pode se tornar agressiva e, aí sim, expressar sua revolta com indisciplina.

Vale ressaltar que a percepção do que pode e o que não pode só percebida pela criança ao longo dos quatro primeiros anos de vida. Nesse período, ela está em constante pé-de-guerra com os adultos, testando até onde pode chegar com suas atitudes. Segundo especialistas, por volta dos três anos, a criança inicia a descoberta do outro e, nessa fase, ela precisa também saber até onde ir com relação a si própria. Logo no início do capítulo, a autora de Limites sem trauma, Tânia Zagury (2002, p. 31) teoriza que “algumas pessoas acham que dar limite aos filhos é uma questão de opção, mas essas pessoas não sabem que há uma progressão de problemas que podem derivar da falta de limites”. Assim, quando uma criança ultrapassa os limites, ou quando os coloca à prova, ela deve saber que jamais pode ganhar essa queda de braço sob o risco de se fortalecer para comandar toda uma situação. Observa-se que os teóricos, a uma só voz defendem que apesar de vivermos em um mundo socialmente moderno, não se podem privar os filhos de orientação de valores e de limites.

Para ilustrar essa teoria, não é necessário recorrer aos teóricos da estirpe de Piaget ou de Freud, basta observar uma criança em seu desenvolvimento cotidiano. Tantas vezes ela derruba os vidros da penteadeira, tantas vezes a mãe os arruma novamente, até o momento em que a mãe perde totalmente o controle da situação. Ou a mãe se escabela ou faz a criança pagar pelo seu ato insolente. Essa situação é prescrita por Jean Piaget (1896-1980) como “sanção por reciprocidade”, no sentido de caracterizar punições que tem por finalidade reparar o dano causado: derrubou, tem que apanhar e recolocar no lugar; desarrumou, tem que arrumar novamente.

É comum ao longo do crescimento do bebê os pais acharem a coisa mais linda quando o bebê bate a mão espalmada na face da mãe ou do pai. Algumas mães chegam a brilhar os olhos ao contar a peripécia para sua comadre: “ah, comadre, achei tão lindo! Aquela mãozinha tão gordinha, macia!”. No entanto, se não houver sanção por parte dos pais, daí a pouco as mães serão espancadas e os pais esmurrados por essa mesma criança. Quando na escola, os

coleguinhas serão espancados pelo temível colega delinqüente. Conseqüência disso é o castigo, a exclusão do meio social, as reclamações aos pais e a tradicional surra. E, o que é pior: a queixa do pré-adolescente na delegacia por espancamento. Observa-se que é uma corrente de conseqüências que poderiam ser evitadas se essa criança tivesse sido orientada em tempo hábil. De modo que a permissividade, tal como a repressividade são nocivas para a formação de cidadãos responsáveis, disciplinados, conscientes do seu papel na sociedade.

2.2 O papel dos pais no processo disciplinar

Muito se tem falado sobre a indisciplina nos lares domésticos que, por sua vez, trazem sérias conseqüências aos pais e professores nas salas de aula, tema que tem chamado a atenção de pensadores atualizados e preocupados com a causa da indisciplina escolar. Esse fenômeno não deve ser visto de forma patológica, mas de acordo com determinantes psicossociais, cujas raízes, acreditam-se estejam na noção de autoridade dos pais. O que se pode defender, de antemão, é que uma das principais causas para essa anomalia social situa-se no berço familiar.

Não parece utópico conceber que o reconhecimento da autoridade paterna pressupõe uma infra-estrutura psicológica, mais precisamente moral que parece vir de uma cultura hereditária. Os pais educam seus filhos da mesma forma que foram educados por seus pais e, assim, a corrente da repressão ou da permissão vai tomando corpus na vida das crianças e dos jovens ao longo da vida. Viver a época da palmatória ou da chamada “ditadura familiar” não parece boa alternativa, mas viver a liberdade desenfreada que as crianças e os jovens almejam é cruzar os braços para a rebeldia, os desmandos e os vícios sociais de convivência que grassam como joio no meio do trigo. É de fundamental importância para os pais encontrar o equilíbrio entre esses dois extremos, no sentido de estabelecer regras para uma convivência responsável em família. De acordo com Aquino (1996, p. 45) “esta estruturação refere-se à introjeção de determinados parâmetros morais apriorísticos, tais como: permeabilidade a regras comuns, tais como a partilha de responsabilidades, cooperação, reciprocidade, solidariedade.

No afã de trazer à tona essas discussões, havemos por bem listar algumas situações defendidas por Zagury (2002), no sentido de estabelecer um diálogo a respeito do papel dos pais na formação da personalidade dos filhos.

Bater nos filhos para que eles se comportem. A psicologia do comportamento ensina que não se deve “bater” nos filhos, sob o risco de perdê-los para a revolta. Por outro lado, a literatura bíblica, mais precisamente os Provérbios de Salomão⁵¹ defende que não se deve

⁵¹ Provérbios, cap. 29, v. 15 e 17



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

poupar vara aos filhos no sentido de educá-los para enfrentar os desafios que a vida oferece. Acredita-se que os pais devem encontrar o meio termo nesse impasse. Um bom diálogo costuma resolver a questão, mas se não for o caso, acredita-se que umas palmadas sem escândalo também não farão mal, antes poderão ajudar para a formação da personalidade dessa criança. Haja vista que as crianças não têm domínio sobre o que gostariam de fazer, mas isto não quer dizer que criança não tem querer. É aí que entra a orientação dos pais, no sentido de direcionar o aprendizado da criança para que ela venha a ser um adulto responsável.

Fazer só o que os pais querem ou estão com vontade de fazer. Este é outro ponto fundamental, em que o diálogo é a chave para dirimir as possíveis diferenças entre o pensamento de um adulto e o de uma criança.

Ser autoritário (dar ordens sem explicar o porquê, agir de acordo apenas com seu próprio interesse, da forma que lhe aprouver, mesmo que a cada dia sua vontade seja inteiramente oposta à do outro dia). Ser autoritário nunca foi uma boa opção, embora os pais de outrora praticassem o autoritarismo como forma de se fazer entender. Hoje tudo deve ser resolvido com diálogo e muito bom senso.

Deixar de explicar o porquê das coisas, apenas impondo a lei do mais forte. Isto também é autoritarismo.

Gritar com as crianças para ser atendido. Gritarias e insultos são formas explícitas de falta de diálogo e desrespeito entre os seres humanos.

Deixar de atender às necessidades reais (fome, sede, segurança, afeto, interesse) dos filhos, porque hoje está cansado. As crianças não têm maturidade para entender as necessidades dos adultos.

Invadir a privacidade a que todo ser humano tem direito. Embora sejam pais atuantes não significa que tem que ficarem vigiando os filhos por onde quer que eles andem. Os pais precisam acreditar nos filhos e isto lhes confere maior responsabilidade para com seus próprios atos.

Provocar traumas emocionais (toda criança tem capacidade de compreender um “não” sem ficar com problemas, desde que, evidentemente, este “não” tenha razão de ser e não seja acompanhado de agressões físicas ou morais.

Como vimos o autoritarismo não rende nada, a não ser uma ruptura profunda, um sentimento de mal-estar e, conseqüentemente, um estado de revolta da parte ofendida. Acredita-se que a repressividade, da mesma forma que a permissividade irresponsável é pernicioso para o processo disciplinar em debate. Exemplo desse tipo de procedimento é encontrado em Zagury

(2002, p. 32), em que “um pai autoritário é aquele que não deixa o filho entrar na sala naquele dia porque ele está de mau humor, mas num outro, de bem com a vida, não só permite como até exige a presença do menino.

Essa dualidade de situações parece incoerente com a proposta de educação dos filhos pequenos. Às vezes, a criança não entende por si só certas normas dos adultos. Assim, cabe aos pais fazê-la compreender pela via de um processo educativo, que a valoriza enquanto ser em pleno desenvolvimento. Essa formação possibilita à criança aprender os padrões de comportamento familiar e social, os respeitos por outros familiares, pelos funcionários da escola, pelos empregados da casa; aprendem as noções de limite, de dever, de obrigação e tantos outros valores. Nas palavras de Içami Tiba (1996, p. 176), “o objetivo da criança é ser como as pessoas que tanto admira. Assim, os pais funcionam como modelos a serem incorporados à sua personalidade”.

Diante dessas considerações, não é exagero salientar que o papel dos pais é importância para a formação da personalidade da criança, pois um pai beberrão, que chega em casa e briga com a esposa, por exemplo, automaticamente passará essa ideia aos filhos pequenos. Bom seria que os filhos pudessem se olhar no espelho e virem suas figuras estampadas, num traçado futurístico, da mesma forma que olham nos olhos e nos rostos da pessoa que eles aprenderam a amar em primeiro lugar. Assim, quando esses pequenos seres humanos crescessem o suficiente para entenderem os desafios da vida, muitos deles não teriam vergonha de dizer a seus coleguinhas na escola: “estes aqui são meus pais”.

3 INDISCIPLINA ESCOLAR: UM FENÔMENO MUITO INTRIGANTE

Tendo considerado nos capítulos anteriores a indisciplina infantil nas séries iniciais em seus aspectos gerais, conceituando-a como fenômeno social e situando-a no contexto familiar, passa-se à análise da problemática em seu ponto fundamental, enquanto fenômeno psicossocial no âmbito escolar. Muitos pensadores defendem que a família é a base da pirâmide que estabelece a disciplina como dinâmica interativa entre os valores que edificam o ser humano mirim e o eleva à categoria de ser social. No entanto, a escola tem um importante papel neste cenário, uma vez que o contato com a unidade de ensino é crucial para a criação de um universo comum para a especificação de responsabilidades do indivíduo entre a família e a escola. Não é utópico salientar que do aprimoramento das virtudes oriundas dessas duas vertentes é que surge o ser capacitado para um bom desenvolvimento do projeto educativo das crianças e dos jovens.



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

Sob os holofotes do referencial teórico explorado apresenta-se que a indisciplina seria vista como uma atitude de desrespeito, de intolerância e do não cumprimento de regras capazes de orientar a convivência de um grupo. No entanto, a indisciplina aparece aqui sob várias formas de conflito que incorporam uma capacidade de resistência dos pequenos grupos e expressam-se quer sob uma aparente submissão, quer por meio dos excessos de todos os matizes, tais como deprecação, pichações, zombarias, riso, ironia, tagarelice e até brigas entre colegas.

Vale ressaltar que, apesar desse quadro apavorante de conflitos, encontra-se hoje certa ausência de uma cultura disciplinar preventiva nas escolas, bem como falta de preparo adequado por parte dos professores para lidar com os distúrbios de sala de aula. Esses impasses, geralmente são resolvidos por meio da repreensão que nada rende a não ser revolta por parte dos alunos tidos como rebeldes e falta de entusiasmo para com a educação por parte dos educadores. Haja vista que as crianças de então parecem cada dia mais eufóricas e alheias às regras de boas maneiras, motivo pelo qual a indisciplina facilmente se expressa. Mas, se a repreensão ou mesmo a repressão funcionasse a contento, a indisciplina não seria apontada como o aspecto da Educação com o qual é mais difícil lidar em sala de aula. A Revista Nova Escola (Outubro, 2009) traz estampada na capa o tema-objeto de pesquisa com o qual se estabelece as reflexões a respeito da indisciplina. De acordo com a reportagem, em se tratando da indisciplina “Não há solução fácil. Mas é essencial trabalhar — como conteúdos de ensino — as questões relacionadas à moral e ao convívio social e criar um ambiente de cooperação”. Para fins de sistematização, as diversas causas da indisciplina escolar podem ser reunidas em dois grupos distintos: as causas externas à escola e as causas internas. Entre as primeiras encontra-se, por exemplo, a influência hoje exercida pelos meios de comunicação, a violência social e o ambiente familiar.

3.1 Causas externas

A integração social dos indivíduos à sociedade acontece mediada por processos de transmissão de sedimentações objetivadas de uma dada cultura e inserida em cada contexto social. Esse processo de transmissão de significados exige outro mecanismo educacional por meio do qual as crianças desempenham papéis sociais que realizem as mediações entre os universos macroscópicos de significação que, por sua vez, são objetivados por uma sociedade e os modos pelos quais estes são subjetivamente reais para os indivíduos. As questões ligadas à indisciplina são da natureza humana e, portanto, complexas e incertas. Vários fatores externos

interferem na formação da criança, motivo pelo qual ela se manifesta rebelde quando convidada a formar um novo modelo de sociedade diferente daquele em que está inserida.

É possível que a própria filosofia tenha uma explicação aceitável do ponto de vista da natureza humana. Segundo Kant (apud La Taille, 1996, p. 10) “a indisciplina é condição necessária para arrancar o homem de sua condição natural selvagem”. Nota-se que o homem é um animal com seus instintos selvagens adormecidos, ou, na melhor das hipóteses, controlados. No entanto, basta uma simples variável na vida dessas crianças para despertar esse monstro que jaz no interior de cada ser humano. Talvez por falta de orientação muitas pessoas ainda carregam o rótulo de que as crianças não prestam atenção e não percebem o que acontece ao seu redor. Por força dessa ilusão é que muitos casais travam conversas sérias, discussões acirradas e até agressões físicas na frente das crianças. Outros chegam ao extremo de situar a criança no centro dessa discussão, inclusive, colocando-os como cobaias desse ato tão nefasto para a formação desse novo cidadão: “se você se separar de mim nunca mais verá o seu filho”. Ou incluí-los na discussão: “Você está vendo o que o seu pai faz comigo”; “Não acredita na sua mãe que ela é louca”, e outras atitudes bizarras e desastrosas. Assim, além de outros fatores, acredita-se que os de ordem familiar são tidos como agravantes externos e influenciam fortemente na formação do caráter das crianças.

3.2 Influências midiáticas: uma ferramenta ou arma letal?

Numa época em que a violência na tela está suscitando críticas cada vez mais discutidas em todo o mundo, é importante que instituições sociais e educacionais em todo o planeta juntem-se em um esforço comum para entender melhor por que a violência penetra em nossas casas, por meio de nossos aparelhos de TV, e nas telas dos cinemas que freqüentamos semanal ou ocasional. Neste sentido, arrisca-se a dizer que os meios de comunicação exercem forte influência sobre os indivíduos, principalmente sobre os cidadãos mirins. Vale ressaltar que a indisciplina infantil, muitas vezes, é influenciada por personagens de desenhos animados e de filmes, uma vez que tais apresentações evocam ora a coragem, ora o medo que são variáveis dominantes na formação da personalidade infantil. As crianças buscam nos heróis dos desenhos animados o modelo de amigo que eles gostariam de ter, da mesma forma que eles têm nas personagens “do mal” um exemplo de inimigo que precisa ser combatido e derrotado. Daí a surrar o coleguinha que implica com ele ou com seu amiguinho é, para eles, apenas uma questão de honra. São raros os casos em que essas crianças corrompidas pelos vícios virtuais não pratiquem a violência que elas assistem diariamente.



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

De acordo com a edição da UNESCO (1999), a violência estampada nos meios de comunicação é o caminho mais curto para imprimir na mente dos pequenos cidadãos a ideologia de força na resolução dos problemas:

Um desses elementos, talvez o mais repetitivo, é o da agressão. Sejam bons ou maus, heróis ou bandidos, desenho animado, ficção científica ou personagens reais, tudo e todos mostram que a violência é a forma mais rápida, mais eficiente, limpa e sem conseqüências para resolver os problemas e alcançar os objetivos.

Ora, mas o que se pretende com essa abordagem não é condenar os recursos tecnológicos de informação e entretenimento que tanto tem contribuído para a disseminação da cultura em todo o mundo. Seríamos injustos se afirmássemos que a tecnologia informativa é de todo nociva à boa Educação Fundamental. No entanto, ousamos acreditar que esses recursos podem ser alcunhados de “espada de dois gumes”, uma vez que na medida em que educam podem também contribuir para o desenfreamento das boas maneiras e dos valores, principalmente entre as crianças. É válido enfatizar que tais instituições procurem formas de controlar positivamente as vantagens da televisão e das novas tecnologias de informação, de modo que todos possam ter melhor acesso às oportunidades educacionais e sociais e, igualmente, se beneficiar das fontes intelectuais disponíveis.

O artigo “A criança e a violência na mídia” da UNESCO (1999) discorre sobre o poder negativo que a mídia exerce sobre a criança e critica o alcance de sua ideologia nociva a autoafirmação do ser humano mirim:

O problema é que também a televisão infantil é cada vez mais vista como um mercado, patrocinada e dominada pelos anunciantes, em vez de ser a oportunidade dourada para chegar às crianças, estimulá-las, informá-las e ir ao encontro de sua enorme criatividade e empatia.

Mas as conseqüências do impacto desmedido de imagens violentas ainda vão render muita discussão, uma vez que crimes violentos aparentemente inspirados por determinados filmes são exibidos sem censura em horários considerados nobres. Contudo, acredita-se que nenhum consenso ainda foi estabelecido quanto ao alcance e rigor da influência da mídia violenta sobre o comportamento também violento do espectador infantil.

A Sociologia tenta explicar esse comportamento social ao propor uma forma mais compreensiva de ver o mundo no século atual. Para Áurea Guimarães (1996, p. 74):

Esse final de século apresenta duas tendências que marcam a forma de se compreender o nosso tempo. Uma representa o lado iluminado que explica a existência dos homens a partir de um conjunto de leis econômicas, políticas, educacionais; e a outra, denominada o lado de sombra, acentua a importância das múltiplas e minúsculas situações do cotidiano onde predominam a fragmentação e a pluralidade do corpo social.

Na verdade, o que a Sociologia defende não é uma desordem social, travestida de livre arbítrio, mas uma visão analítica dos eventos sociais que permeiam o cotidiano dos seres humanos. Essa análise parte do pressuposto de que os caminhos dos homens no que diz respeito à política, à religião, à educação e ao lazer são determinados pelo lado social ou do *dever-ser*. Se canalizarmos essa filosofia para o tema em debate haveremos de estabelecer que, embora o homem seja livre para ir e vir em suas decisões e práticas sociais, esses eventos não podem ser praticados desordenadamente, pois os mesmos são regidos pelas convenções éticas e morais. Já a socialidade é a expressão do *querer-viver*. Nota-se que a expressão do *querer-viver* nada mais é do que uma questão de compreender que a realidade é complicada e que a mídia, neste caso, constitui apenas uma parte do ambiente das pessoas, de sua cultura e sociedade.

Assim, permitir que a mídia interfira para a formação de um ser humano corrompido socialmente é abrir mão dos valores éticos e morais que fazem a conexão do ser humano consigo mesmo e com o seu semelhante, em prol da racionalização das coerções. Ressalta-se ainda que tapar os olhos para não enxergar essa verdade é condicionar o ser humano à escravidão de sua própria liberdade. Como bem o disse Áurea Guimarães (1996, p. 75) “a vida passa a ser controlada nos mínimos gestos e o indivíduo passa a ser manipulado pelas instituições, pois cada um se torna um espectador passivo de seu próprio destino”.

Assim, imaginar o mundo atual desprovido de tecnologia da informação é condená-lo ao marasmo, mas assistir de braços cruzados o destino de milhares de crianças serem massacradas pela violência midiática é fingir que não tememos a morte diante da lâmina afiada de uma arma letal.

3.3 A título de proposta

Muito nos tem chamado a atenção o título de abertura de um capítulo que trata das questões relativas à escola e à família, de Heloísa Szymanski (2007, p. 98): “Escola é escola, família é família”.

Ainda nas palavras da autora em referência, “o que ambas as instituições têm em comum é o fato de prepararem os membros jovens para sua inserção futura na sociedade e para o desempenho de funções que possibilitem a continuidade da vida social”.



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG



UEG

A relação que se estabelece entre família e escola pode ser analisada sob a ótica da pesquisadora Laurizete Ferragut (1996), que se acredita um tanto polêmica, levando em consideração o modelo de aluno que se está pleiteando nas salas de aula atualmente. A analogia concebida sugere que a autoridade está para a família, da mesma forma que hierarquia está para escola. Verifica-se que a família cria os filhos e, impossibilitada de prosseguir com sua educação, o entrega aos cuidados da escola para que esta possa fazer de seu filho um ser social. No entanto, por falta de preparação, os alunos são inseridos nas instituições escolares onde vão criando uma educação para a docilidade, desenvolvendo nos indivíduos uma dependência quase infantil, que os impede de crescer como sujeitos auto-suficientes e automotivados – condições estas favoráveis para o exercício da criatividade, do raciocínio e para o amadurecimento das relações.

Ora, se a escola busca um protótipo de aluno “perfeito”, disciplinado, feito a pincel como obra de arte, seria praticamente uma ofensa conceber um aluno independente, questionador, auto-suficiente e criativo sem entrar em contradição com a proposta em foco. É certo que vivemos em um país democrático, em que o estatuto defende a liberdade de expressão. No entanto, se uma criança, em sala de aula tentar se valer dos artifícios que a lei lhe faculta, com certeza será tida como uma criança indisciplinada e agitadora. Não parece tarefa muito fácil incentivar a automotivação em uma criança sem que ela se aventure pelo caminho da insubordinação à autoridade da escola e do professor.

Essa insubordinação fica por conta da imaturidade desses pequenos alunos, uma vez que eles não têm consciência crítica para entenderem que “o exercício constante da autoridade sobre eles é uma forma de fazer-lhes saber e recordar-lhes que não podem tomar decisões por si mesmos, que não se pode depositar confiança neles, que devem estar sob tutela”. (Enguita, apud Ferragut, 1996, p. 119)

Vale ressaltar que quando se tenta impor disciplina, a submissão e a revolta aparecem. Mas não é este o modelo de aluno que se espera. É de Ferragut (1996, p. 121) a proposta que visa encontrar um equilíbrio neste impasse:

Uma forma de avançar na compreensão das questões que envolvem a indisciplinada a escola seria por meio dos conhecimentos sobre o que ocorre em toda a realidade escolar, ou seja, entendê-la no contexto das práticas que “fazem” o dia-a-dia das escolas.

Mais uma vez recorreremos à filosofia no sentido de buscar uma resposta aceitável. O filósofo e pedagogo José Sérgio (1996, p. 129) teoriza: “a aprendizagem é, assim, a aquisição

de formas de contrapor a um problema soluções próprias daquele que aprende”. Assim, ao imprimir regras e transmitir uma disciplina, o professor não deve impedir o aluno de criar; ao contrário, deve possibilitar a criação. Só assim, a sociedade terá adultos responsáveis, críticos, criativos e totalmente livres em sua forma de pensar e agir.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. Ed. Revista e corrigida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

CREMA, Roberto. **Introdução à visão holística:** breve relato de viagem do velho ao novo paradigma. São Paulo: Summus, 1989.

DONATELLI, Dante. **Quem me educa?** A família e a escola diante da (in)disciplina. São Paulo: Arx, 2004.

FOUREZ, Gérard. **Educar:** docentes, alunos, escolas, éticas, sociedades. Trad. José Augusto da Silva. São Paulo: Idéias & Letras, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 23.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão:** Veredas. 21.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola:** desafios e perspectivas. 2.ed. revista e ampliada. Brasília: Líber Livro, 2007.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa.** 54.ed. São Paulo: Editora Gente, 1996.

VEJA. Edição 2042, ano 41, nº 1. 09 de jan. 2008. São Paulo: Editora Abril, 2008.

ZAGURY, Tânia. **Limites sem trauma.** 23.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Enviado em: 14/01/2024.

Aceito em: 07/02/2024. (Artigo pré-aprovado nas bancas de TCC da UEG UAB 2022/2).